

«A gravidade da hora que passa!»: a criação da Legião Portuguesa em 1936**

«O que eles querem é forçar o governo a aceitá-los como tropa de choque. E, como sabem que o governo não cai nessa, porque só quer que haja coisas organizadas por ele ou que não haja nada, estão desesperados. Hoje, a criação da Legião Portuguesa já é um roubo e um rombo (repetiu com gosto, sopesando as rimas: roubo e rombo) nas ambições deles. (JORGE DE SENA, *Sinais de Fogo*).

1. INTRODUÇÃO

Numa conferência proferida aos microfones da Emissora Nacional, a 22 de Outubro de 1936, Águedo de Oliveira, membro da Junta Central da Legião Portuguesa, comentava a criação desta instituição, reconhecendo que na sua base se podia descortinar uma «corrente de opinião» que «acabou por impressionar a classe dirigente» e que levou o governo a «chamar o caso a si». Em boa hora, diz o orador, uma vez que, apesar de assim se poder perder «em paixão», ganha-se por o «empreendimento» se tornar «mais sério»¹.

A Legião Portuguesa havia sido criada oficialmente a 30 de Setembro deste mesmo ano por decreto-lei governamental. O governo «chamava a si» a «corrente de opinião» que se havia manifestado num comício realizado no dia 28 de Agosto de 1936 na Praça de Touros do Campo Pequeno. Neste comício foi aprovada uma moção em que se pedia ao governo que autorizasse «a organização de uma legião cívica destinada a enquadrar todos aqueles que por um acto consciente e voluntário [...] dêem um passo em frente e acorram a esta chamada»². A moção aprovada no comício foi entregue ao governo a 14 de Setembro e no dia seguinte o Conselho de Ministros aprova o decreto-lei autorizando a criação da Legião Portuguesa, promulgado a 30 do mesmo mês.

* Mestre em História Contemporânea, docente da Universidade Autónoma de Lisboa.

**Este artigo consiste na adaptação de um capítulo das provas de dissertação para a obtenção do grau de mestre na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em Março de 1995. A tese encontra-se em vias de publicação pela Editorial Estampa.

¹ *Diário da Manhã* de 23-10-1936, p. 1.

² *Ibid.* de 29-8-1936, p. 1.

Por que razões autorizou Oliveira Salazar em 1936 a criação de uma milícia civil em Portugal? Recorde-se que Salazar não foi apoiado, no seu processo de ascensão ao poder, por qualquer milícia, movimento ou partido, à semelhança do que acontecera com Mussolini ou Hitler. O que não significa, contudo, que o processo de consolidação do Estado Novo e do salazarismo não tenha sido marcado por uma luta acesa entre os diversos grupos e facções que se tinham agrupado numa verdadeira fronda de apoio ao golpe militar de 28 de Maio de 1926³. No período posterior ao «28 de Maio» desenham-se em Portugal três vias alternativas (correspondentes a três distintas «famílias políticas») quanto ao projecto que tinham para o regime que devia suceder à ditadura militar: o sector que agrupava os chamados militares republicanos-conservadores, ou seja, uma grande parte dos quadros superiores das forças armadas portuguesas, para quem a situação política portuguesa devia evoluir no sentido do restabelecimento de um sistema constitucional, ainda que «corrigido» e «moralizado»⁴; o sector política e socialmente mais à direita, identificado com o fascismo italiano e com o nacional-socialismo, que preconizava a ruptura total com o sistema liberal-parlamentar e a continuidade da situação ditatorial, e do qual faziam parte muitos dos jovens tenentes do exército, bem como homens oriundos do Integralismo Lusitano, antigos apoiantes de Sidónio Pais e membros de vários pequenos grupos, ligas ou movimentos, agrupados em 1932 no Movimento Nacional-Sindicalista⁵; por fim, o salazarismo, ou seja, o grupo de homens que se agrupa em torno de Oliveira Salazar, e que representa uma via de compromisso pragmático que recusa, por um lado, a democracia, o partidarismo e o parlamentarismo e, por outro, um regime tipicamente fascista, caracterizado pela violência do partido único, pela acção de milícias fortes e pela chefia carismática⁶.

Ao iniciar-se o ano de 1936, o triunfo da corrente pragmática ou salazarista era já praticamente indiscutível, embora as tensões com os restantes dois sectores não tivessem de todo cessado. O Estado Novo era já um regime consolidado e, quanto ao essencial, Salazar tinha liquidado as pretensões dos nacionais-sindicalistas e preparava-se para dar mais um passo de-

³ Rosas (1994), pp. 164 e segs., e Rosas (1985), pp. 17 e segs.

⁴ «Isto é, em que a permanência do regime parlamentar se equilibrasse com um executivo forte e estável, de tipo presidencialista, mas no quadro de um pluralismo partidário reorganizado, assente essencialmente num bipartidarismo que articulasse um forte partido situacionista conservador com uma oposição agrupadora das velhas formações e quadros republicanos.» [Cf. Rosas (1992), p. 87.]

⁵ Pinto (1994), pp. 54 e segs.

⁶ Como definiu Fernando Rosas, trata-se de um «compromisso entre as diversas correntes políticas da direita e os vários sectores de interesses das forças vivas, a partir de uma base comum de rejeição do liberalismo [...] e da apologia de um Estado política, económica e socialmente forte e interventor» [cf. Rosas (1994), p. 185].

cisivo no sentido da subordinação da instituição militar, assumindo a chefia do Ministério da Guerra. Tinham também sido criadas e desenvolvidas algumas das mais importantes bases políticas e institucionais do Estado Novo: a União Nacional fora criada em 1930 e vira os seus estatutos aprovados em 1932; o Acto Colonial fora promulgado também em 1930; Salazar assumira a presidência do conselho de ministros em 1932, fazendo aprovar a nova Constituição em 1933, bem como uma série de decretos-leis que regulamentavam disposições constitucionais; no mesmo ano fora criada a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado e o Secretariado da Propaganda Nacional; ainda em 1933 foram lançadas as bases da institucionalização do regime corporativo; em 1934 realizaram-se as primeiras eleições para a Assembleia Nacional.

Tudo isto sem que Salazar tivesse alguma vez decidido criar uma milícia própria que o apoiasse na luta política no interior da ditadura contra os dois sectores atrás referidos ou na luta contra os adversários «externos» à ditadura. Porquê permitir então em 1936, numa altura em que essa luta se encontra aparentemente vencida, a criação de uma organização miliciana? Que conjuntura específica justifica a mudança de atitude de Oliveira Salazar quando, no final de 1936, aceita a criação da Legião Portuguesa?

De um modo geral, a historiografia portuguesa sobre o Estado Novo tem respondido a esta questão explicando a criação da Legião Portuguesa em função da conjuntura internacional, em especial ibérica, vivida no ano de 1936. O eclodir da guerra civil de Espanha é geralmente considerado o acontecimento determinante no surgimento da Legião. Pouca atenção tem sido prestada, contudo, aos acontecimentos que se desenrolavam a nível interno. A hipótese de trabalho aqui explorada é a de que no aparecimento da Legião Portuguesa se conjugam, por um lado, uma dinâmica externa, europeia e ibérica, favorável e, por outro lado, uma determinada conjuntura política interna essencial, também, para a compreensão da criação da milícia. Deste modo, a explicação do surgimento da Legião Portuguesa tem que passar necessariamente pelos seguintes pontos:

- a) Uma conjuntura europeia marcada pelo sucesso e consolidação das experiências alemã e italiana, pela sua política agressiva, pela difusão do autoritarismo por outros países do continente europeu e, sobretudo, pelo deflagrar da guerra civil de Espanha, com o reconhecimento, por parte do Estado Novo, dos perigos que o triunfo das esquerdas traria para a estabilidade do regime, pretexto para a mobilização dos sectores radicais de direita e motivo directo da convocação do comício em que é lançada a ideia da Legião Portuguesa;
- b) Uma conjuntura interna marcada ainda pela luta política com os dois sectores acima referidos: de um lado, a canalização para a Legião Portuguesa de uma certa pressão de base correspondente aos desejos

e aspirações da direita radical, nomeadamente de sectores ligados à organização corporativa, de homens oriundos do nacional-sindicalismo e do grupo de tenentes envolvidos no 28 de Maio de 1926, organizadores do comício de 28 de Agosto de 1936 e espinha dorsal da futura milícia; de outro lado, o desenvolvimento do processo de subordinação do exército ao Estado Novo e a Salazar, que conhece um ponto alto em 1936, com o desenvolvimento de determinadas instituições exteriores às forças armadas que lhe retiram o monopólio exclusivo do uso da força e da violência, como é o caso da Mocidade Portuguesa e da Legião Portuguesa;

- c) Alguma agitação oposicionista sentida em Portugal no ano de 1936, apontada pelo próprio regime como justificação para o surgimento da Legião Portuguesa e para a intensificação dos meios de controle e de repressão do Estado Novo sobre os cidadãos.

2. A CONJUNTURA EUROPEIA

O surgimento da Legião Portuguesa e o facto de Oliveira Salazar ter permitido a sua criação têm de ser entendidos, num primeiro momento, tendo em conta o contexto europeu de meados dos anos 30 e, em especial, os anos de 1935 e 1936. Um contexto que é claramente marcado pelo desabar do esquema de segurança colectiva erigido após a assinatura do Tratado de Versalhes e a criação da Sociedade das Nações (SDN) e pelo emergir de uma situação de latente crise internacional.

Tanto Hitler como Mussolini, uma vez fortalecido e consolidado o seu poder a nível interno, desenvolviam agora uma política claramente agressiva em termos internacionais, ignorando as resoluções de Versalhes e as determinações da SDN. O sucesso das experiências autoritárias no palco europeu não se resumia, porém, à Alemanha e à Itália. Recorde-se que, em 1936, vigoravam ditaduras conservadoras de direita na Áustria, Bulgária, Grécia, Hungria, Jugoslávia, Lituânia, Roménia, Polónia e Portugal⁷.

Nos meses imediatamente anteriores à criação da Legião Portuguesa o ambiente internacional adensa-se e o papel da SDN, enquanto garante do equilíbrio e da paz europeia, sofre um rude e definitivo golpe com a invasão da Abissínia pela Itália em 1935. Em 1936 os Italianos conquistam Adis-Abeba e Vítor Manuel III é proclamado imperador da Etiópia sem qualquer interferência ou resposta eficaz por parte da SDN. Em Março deste ano a Alemanha (que em 1933 abandonara a SDN) ocupa militarmente a zona desmilitarizada da Renânia. O facto, que era uma clara violação das cláusulas

do Tratado de Versalhes, vinha na sequência do progressivo rearmamento da Alemanha e da instauração do serviço militar obrigatório em 1935. Neste mesmo ano, Hitler estabelece o eixo Berlim-Roma com a Itália de Mussolini e celebra com o Japão o Pacto Anti-Comintern, ao qual a Itália viria a aderir um ano depois.

A crescente afirmação dos regimes de cunho fascista/autoritário na Europa dos anos 30 encontrava, porém, o seu contraponto na política de constituição de frentes populares definida pelo VII Congresso da Internacional Comunista, realizado em Moscovo em Julho de 1935. Aqui havia sido delineada a política a seguir pelos partidos comunistas no combate aos fascismos e às ditaduras: a criação de amplas frentes populares que unissem comunistas com socialistas e sociais-democratas na luta contra a direita. Doravante os comunistas deviam procurar constituir frentes únicas «da classe operária contra o fascismo» e «organizar acções conjuntas com os partidos sociais-democratas, os sindicatos reformistas e demais organizações de trabalhadores»⁸.

Na Europa, as frentes populares então constituídas chegaram ao poder em dois casos: na França e em Espanha. Em França seria em Maio de 1936 que a Frente Popular, constituída por comunistas, socialistas e organizações sindicais, obteria uma significativa vitória eleitoral, subindo, assim, ao poder um governo chefiado por Léon Blum⁹. Em Espanha, a Frente Popular sobe também ao poder em 1936, em Fevereiro, vencendo as eleições à Confederación Española de Derechas Autónomas (CEDA). Alguns meses mais tarde, a 18 de Julho de 1936, eclode a rebelião das forças nacionalistas, antidemocráticas, iniciando-se a guerra civil de Espanha.

O deflagrar da guerra civil de Espanha e a posterior intervenção da Alemanha, da Itália e da União Soviética no conflito contribuíram sobremaneira para agravar o clima de intranquilidade vivido no continente europeu. A guerra espanhola foi então encarada como a antecipação de um iminente confronto mundial entre o «fascismo» e o «comunismo» e, mais do que isso, criou a convicção de que era necessário escolher um dos lados em presença no conflito que se avizinhava.

O precipitar de acontecimentos nos anos de 1935 e 1936 iria alterar por completo o panorama da Europa. A. J. P. Taylor é da opinião de que este último ano marca mesmo o fim da estratégia para a segurança europeia que vinha a ser seguida desde o final da Primeira Guerra Mundial e que assentava basicamente nas cláusulas do Tratado de Versalhes e na eficácia da SDN. A Europa regressava ao sistema (à ausência de sistema, segundo Taylor) que a caracterizava antes de 1914. Com o falhanço do esquema colectivo de se-

⁸ Cit. por Oliveira (1987), p. 40.

⁹ Claudin (1972), pp. 224 e segs., e Desanti (1970), pp. 226 e segs.

gurança, cada Estado soberano tinha de se voltar sobre si próprio e sobre a sua força e capacidade negocial com os restantes Estados¹⁰.

3. A GUERRA CIVIL DE ESPANHA

A avaliação do impacto da guerra civil de Espanha em Portugal e no Estado Novo foi já efectuada por César de Oliveira. Como demonstrou este historiador, a manutenção e consolidação do regime salazarista eram incompatíveis com a orientação «esquerdista» da política espanhola que se começou a desenhar após a vitória da frente popular nas eleições de Fevereiro de 1936. Esta incompatibilidade entre dois regimes diferentes e contraditórios era, aliás, um dado confirmado recentemente pela experiência da II República de Espanha quando, entre 1931 e Novembro de 1933, o governo espanhol foi dominado pelas «esquerdas». Neste biénio existiu sempre uma tensão latente entre os governos portugueses e os governos espanhóis, bem alimentada, aliás, pela imprensa dos respectivos países.

Na origem deste mal-estar, para além das diferenças políticas e ideológicas dos governos, estaria o apoio efectivo dado pelas autoridades espanholas aos exilados políticos portugueses. De facto, desde 1931 que aumentou muito significativamente o número de exilados políticos portugueses em Espanha. Entre eles avultavam aqueles oriundos da chamada oposição democrática à ditadura, «dirigentes políticos e militares ligados aos partidos da República ou às sedições militares que ocorreram em Portugal»¹¹. Pontificava entre estes o chamado «grupo dos budas», liderado por Jaime Cortesão, exilado em Madrid. A partir de Abril deste ano, ou seja, a partir da implantação da II República espanhola, os exilados políticos portugueses começam a ser alvo de um tratamento especial por parte das autoridades espanholas e começam a receber, com a sua cumplicidade, apoio material destinado à preparação de uma revolução em Portugal com o objectivo de derrubar a ditadura. Algum material de guerra teria sido desviado do aérodromo de Alcazares, perto de Madrid, para as mãos de portugueses, vindo a ser utilizado na tentativa de revolução ocorrida em Lisboa a 26 de Agosto de 1931, em cuja organização os «budas» tiveram, aliás, um papel activo¹². No rescaldo da revolta, a imprensa oficial portuguesa não hesita em criticar o comportamento das autoridades espanholas «pela cumplicidade evidente na tentativa de sublevação e pelas facilidades concedidas aos emigrados políticos»¹³.

¹⁰ Taylor (1991).

¹¹ Oliveira (1985), p. 140.

¹² Oliveira (1985), pp. 144 e segs. e 152 e segs. Sobre o «26 de Agosto», cf. Rosas (1994), pp. 224 e segs.

¹³ Oliveira (1985), pp. 163-164.

Em Novembro de 1933 as forças da direita espanhola saem vencedoras das eleições, formando-se um governo de coligação entre os radicais de direita e a CEDA, dirigida por Gil de Robles. Dificuldades se colocam, a partir deste momento, ao desenvolvimento das actividades conspiratórias dos exilados políticos portugueses em Espanha. Como adianta ainda César de Oliveira, com a saída da esquerda do poder, «a causa democrática portuguesa perdeu apoios e deixou de poder contar com os que, desde as cadeiras do poder, utilizavam a sua influência para conseguir apoios materiais»¹⁴. Alguns dos mais destacados vultos oposicionistas portugueses viriam, inclusivamente, a ser presos em 1934, na sequência de uma insurreição socialista e comunista nas Astúrias, sob a acusação de terem vendido aos revoltosos parte do armamento que tinham entretanto acumulado.

A vitória da frente popular nas eleições de Fevereiro de 1936, desalojando a CEDA do poder, veio repor o clima pesado e de tensão entre os dois países ibéricos. Escassos cinco dias após as eleições, Oliveira Salazar, com a moderação discursiva que lhe era característica, procura tranquilizar a Assembleia Nacional, dizendo que desde a sua subida ao poder «houve muitas eleições com vitórias das direitas e das esquerdas», mas que os resultados nunca o fizeram desviar-se «das nossas concepções [...] dos nossos princípios» nem tiveram «qualquer influência na orientação a seguir» a nível interno. Não se coíbe, porém, de alertar para a necessidade de certos «cuidados especiais» e de certas «preocupações» causadas pelos «factos desenrolados à nossa volta», sobretudo «se algum país se esquecer do que deve à correcção internacional»¹⁵.

Cuidados talvez justificados: para além dos ataques constantes e ferozes que a imprensa espanhola afecta à frente popular desencadeia, a partir de Fevereiro, contra Salazar e o Estado Novo, começam a ocorrer em Espanha, a partir da segunda quinzena de Maio, numerosas manifestações e comícios, «alguns terminando com actos de violência», contra o Estado Novo. Nos meios diplomáticos é avançada a hipótese de «acções concretas, inclusivamente militares»¹⁶, vindas do país vizinho contra o regime português. Em Março de 1936, o embaixador português em Espanha fala numa conspiração envolvendo «certos elementos portugueses em conjugação com elementos espanhóis [...] para provocarem a revolução em Portugal», na certeza de que «o governo espanhol auxiliará, secretamente, uma mudança política em Portugal»¹⁷. Por seu turno, o ministro de Portugal em Bruxelas escreve ao secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, a 27 de

¹⁴ Oliveira (1985), p. 197.

¹⁵ Salazar (1937), pp. 113-114.

¹⁶ Oliveira (1985), pp. 263-266.

¹⁷ Oliveira (1987), p. 111.

Março, alertando-o para a intensa actividade comunista internacional. Refere-se à chegada de comunistas a Espanha, «com a missão de, de acordo com o Partido Comunista Espanhol, prepararem a próxima revolução em Espanha». Afirma também que o Congresso da Internacional Comunista «considerou o trabalho realizado em Espanha como quase terminado e com êxito, contando com a revolução para breve. A propaganda em Portugal será dirigida por agentes comunistas de Espanha»¹⁸.

No mesmo mês de Março o ministro dos Negócios Estrangeiros, Armindo Monteiro, chamava a atenção do embaixador inglês em Lisboa, Charles Wingfield, para a «gravidade» da situação espanhola e dos seus reflexos em Portugal. Monteiro afirma que a evolução política em Espanha causava grandes preocupações ao governo português e que estava convencido de que existiam relações próximas entre o governo espanhol da Frente Popular e as «tendências comunistas portuguesas». Se bem que nesta altura o Partido Comunista Português fosse, no dizer de Monteiro, uma realidade minoritária e pouco poderosa, a verdade é que o apoio activo vindo de Espanha poderia torná-lo perigoso para o Estado Novo. O objectivo último seria, ainda segundo Monteiro, fazer da Espanha e de Portugal uma única entidade política «socialista-comunista»¹⁹. No mês seguinte, ainda em conversa com o embaixador britânico, Armindo Monteiro afirma que agitadores comunistas começaram já a penetrar em Portugal, vindos de Espanha, e a causar distúrbios em diversas localidades. Monteiro mostra-se convencido de que a situação em Espanha tenderá a piorar e prevê um estado de «completa anarquia» em Junho ou Julho²⁰.

Em finais de Abril, a polícia portuguesa toma conhecimento de que se prepara a criação de uma frente popular portuguesa com fortes apoios vindos de Espanha e também de França. Álvaro Cunhal, jovem dirigente do Partido Comunista Português, deslocara-se a Madrid, onde, numa reunião «com os mais destacados vultos da emigração política portuguesa», exortara à concretização da «unidade da oposição à ditadura no quadro da nova estratégia da III Internacional»²¹.

O alarmismo reinante nos meios oficiais a respeito da conjuntura externa e sobretudo a respeito da guerra civil de Espanha transpirava também para a imprensa e para as primeiras páginas dos jornais portugueses. É neste contex-

¹⁸ Arquivo do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro/ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (doravante referido por AMI-GM/ANTT), maço 480. Carta do ministro de Portugal em Bruxelas ao secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal de 27-3-1936.

¹⁹ Public Record Office/Foreign Office (doravante referido por PRO/FO) 371 20511, doc. W 2234/478/36, e 371 20513, doc. 2540/478/36.

²⁰ PRO/FO 371 20513, doc. 3674/478/36.

²¹ Oliveira (1985), pp. 279-280.

to de «ameaça comunista» e, conseqüentemente, de «ameaça iberista» que começam a surgir os primeiros apelos à mobilização dos portugueses, à sua união, contra os perigos do comunismo internacionalista e da sua ameaça à soberania nacional. Após a vitória da frente popular nas eleições de Fevereiro, nas páginas do *Diário da Manhã* começa a ganhar consistência a ideia de criação de uma força de voluntários patrióticos com o objectivo de defender a soberania nacional e de proteger a nação desse inimigo que era o comunismo. Uma vez que, «aproveitando [...] a agitação dos marxistas em Espanha, os agentes comunistas redobram de actividades nas suas investidas de propaganda clandestina em Portugal», é necessário «cerrar fileiras à volta do Governo da Nação», construindo «uma barreira intransponível aos malfeitores de todas as espécies, que procuram por todas as formas destruir a unidade política, moral e até territorial de Portugal»²².

Nos dias que antecedem a realização do comício em que é lançada publicamente a ideia da Legião Portuguesa, o *Diário da Manhã* não se cansa de insistir na sua oportunidade: num período de «ofensiva comunista» em toda a Europa urge manifestar a «unidade» dos Portugueses, uma «coesão firme, uma disciplina rigorosa, uma directriz inflexível»²³. O comício projectado resulta da necessidade de se formar «em espírito senão na prática uma frente nacional anticomunista» destinada a lutar contra o «contágio da escarlatina bolchevista»²⁴. Também o jornal *Acção*, cujo primeiro número é editado em finais de Maio de 1936, se exprime em tons idênticos, alertando para a formação de «soviets peninsulares» que obrigariam à integração de Portugal num sistema ibérico comunista e insistindo na necessidade de uma «frente nacional das inteligências», ou de uma «frente única dos nacionalistas», e de um «acordo para a acção anticomunista e anti-iberista»²⁵. Assim o justificava «a gravidade da hora que passa»²⁶.

Jorge Botelho Moniz²⁷, em discurso proferido no próprio comício de 28 de Agosto, evocou claramente a situação espanhola para justificar a criação da Legião Portuguesa, identificando a luta contra o comunismo com a defesa da soberania nacional face ao «iberismo soviético»: «Olhemos o que se passa em Espanha e não percamos tempo [...] Para melhor nos defendermos precisamos atacar [...] Constituíamos uma grande legião de voluntários, apta para

²² *Diário da Manhã* de 30-3-1936, p. 1.

²³ Editorial de João Ameal a 21-8-1936, p. 1.

²⁴ Citações retiradas do *Diário da Manhã* nos dias antecedentes à realização do comício.

²⁵ *Acção. Semanário Português para Portugueses*, de 15-8-1936, p. 1.

²⁶ Oliveira (1937).

²⁷ Jorge Botelho Moniz nasceu em Lisboa em 1898. Foi um dos mais entusiásticos apoiantes portugueses da causa franquista durante a guerra civil de Espanha. A sua acção notou-se sobretudo aos microfones do Rádio Clube Português, de que foi fundador e director. Esteve também presente em Espanha durante a guerra civil, onde chefiou a secção de assistência aos portugueses que combateram do lado nacionalista.

o combate, pela ideia e pela espada — uma grande legião disciplinada e forte, enquadrada por chefes combativos [...] Nós nacionalistas somos legião e somos portugueses. Constituíamos a Legião Portuguesa²⁸.»

Quando deflagra o conflito entre a frente popular e os nacionalistas, a 18 de Julho, Oliveira Salazar sabia, pela experiência de 1931-1933 e pelo agudizar das tensões vividas desde Fevereiro de 1936, que o triunfo da Frente Popular espanhola, portanto o surgimento de dois regimes distintos e contraditórios no território peninsular, poderia comprometer o futuro do Estado Novo. Esta conjuntura ibérica é essencial para compreender a criação de uma milícia em Portugal. Salazar, que, como se verá adiante, sempre manifestara a sua relutância para com o milicianismo, acaba por aquiescer e por permitir a criação da Legião Portuguesa. A 15 de Setembro, o Conselho de Ministros aprova o decreto-lei que cria oficialmente a Legião e que viria a ser promulgado a 30 do mesmo mês. No seu preâmbulo salienta-se o «alarme» da população portuguesa «ante os perigos que têm corrido outros povos» na luta contra esse «inimigo de especial virulência» que se tenta «instalar no corpo social das nações». Daí que essa mesma «população, alarmada» queira «tomar para si maior quinhão de responsabilidade na sua própria defesa, pela palavra, pelo exemplo, pela acção»²⁹.

4. A PRESSÃO DA DIREITA RADICAL

A conjuntura internacional e o constante agitar da ideia de «ameaça comunista» vieram conferir a nível interno um novo peso àqueles sectores sociais e políticos situados mais à direita do regime salazarista, a quem Salazar desferira rude golpe com a ilegalização do Movimento Nacional-Sindicalista em Julho de 1934.

Tinha partido deste já referido sector da direita radical a maior parte das anteriores tentativas de criar em Portugal uma organização miliciana. Sector que constituía uma verdadeira «família política», radical, fascista, miliciana e que adquirira ao longo dos anos 20 e 30 diversas expressões institucionais. É o caso do Centro Sidónio Pais (1920) e do Partido Nacional Republicano Presidencialista (1921), criados ainda sob o espectro do sidonismo; da Cruzada Nacional Nuno Álvares Pereira, fundada em 1918, que desempenhou um papel político importante nas vésperas do 28 de Maio e que estava ainda activa em 1936; do Nacionalismo Lusitano, criado em 1923, primeiro partido assumidamente fascista e em cujos objectivos se previa a constituição de uma milícia fascista de voluntários; da Milícia Lusitana e da União Nacional,

²⁸ *Anais da Revolução Nacional*, vol. iv, pp. 46 e 47.

²⁹ Decreto-Lei n.º 27 058, de 30-9-1936.

movimentos criados já depois do 28 de Maio e que representaram tentativas por parte da direita radical de dominar a ditadura militar; da Liga Nacional 28 de Maio, criada em finais de 1927 e reorganizada em 1930³⁰. Uma família política que «atravessa transversalmente o espectro político da direita», que conta com «um número significativo de jovens oficiais» e com «pólos locais organizados em alternativa ao partido governamental»³¹ (a União Nacional entretanto criada) e que se veio a «unificar», em 1932, no Movimento Nacional-Sindicalista, (MNS) chefiado por Rolão Preto.

No ano seguinte à criação do MNS, o governo desencadeou contra o movimento uma forte ofensiva que viria a culminar na declaração da sua ilegalidade em Julho de 1934. Salazar nunca se coibira de expressar publicamente a sua distância e as suas discordâncias em relação ao nacional-sindicalismo. Em 1933 manda suspender a edição do jornal *Revolução*, órgão oficial do movimento, e proíbe também as manifestações públicas de nacionais-sindicalistas e mesmo as conferências em recintos fechados. Depois, lança, ainda em 1933, abundante legislação de cariz corporativo que esvazia de conteúdo, por assim dizer, o Movimento Nacional-Sindicalista e que leva, desde logo, muitos dos seus dirigentes a integrarem-se no salazarismo. A integração de elementos do nacional-sindicalismo na família política do salazarismo foi também o objectivo do chefe do governo quando, no final do ano, promoveu activamente uma cisão no seio do movimento através dos nacionais-sindicalistas mais próximos de Salazar. Estão neste caso homens como Pedro Teotónio Pereira e Manuel Múrias e também alguns futuros dirigentes da Legião Portuguesa, como Costa Leite, José Cabral e Eusébio Tamagnini. A ruptura ocorreu em Novembro de 1933, aquando da realização do I Congresso Nacional-Sindicalista, na sequência do qual o sector salazarista anuncia, a breve trecho, a sua «convergência com a União Nacional». Escassos meses depois Salazar actuava também ao nível das bases juvenis do movimento, promovendo o lançamento da Acção Escolar Vanguarda, organismo miliciano criado governamentalmente precisamente com o objectivo de chamar a si os sectores mais jovens do nacional-sindicalismo³².

A realização do I Congresso da União Nacional, em Maio de 1934, oficializa, por assim dizer, a cisão no Movimento Nacional-Sindicalista e marca a monopolização do espaço político por parte do salazarismo, «legitimando a dissolução do MNS ou de qualquer tentativa de institucionalização de uma componente fascista no seio do Estado Novo em formação»³³. A 29 de Julho

³⁰ Sobre a evolução das diversas configurações da direita fascista em Portugal, cf. Pinto (1985), Pinto (1989a), Pinto (1994), pp. 56 e segs., e Caldeira (1986).

³¹ Pinto (1994), p. 92.

³² Pinto (1994), pp. 234, 251-253 e segs.

³³ Pinto (1994), p. 255.

de 1934, em nota oficiosa, Salazar anunciava publicamente a dissolução e a ilegalização do Movimento Nacional-Sindicalista, sugerindo aos seus antigos filiados a adesão à União Nacional ou à Acção Escolar Vanguarda³⁴.

Até 1936 Salazar continuaria sempre a manifestar a sua relutância em aceitar a criação de qualquer movimento miliciano. Impede a criação de uma milícia do regime sustentada pelos homens da cisão do nacional-sindicalismo, recusa a pretensão de um grupo de sindicalistas corporativos do sector bancário, também eles dissidentes de Rolão Preto, em criar as milícias armadas sindicalistas e deixa desaparecer, lentamente, a Acção Escolar Vanguarda. Contudo, em 1936, a conjuntura internacional e o constante agitar da ideia de «ameaça comunista» vieram conferir a nível interno um novo peso aos sectores sociais e políticos situados mais à direita do regime salazarista. A criação da Mocidade Portuguesa, também em 1936, foi bem um primeiro sintoma desta situação. O processo da sua criação apresenta fortes semelhanças com a da Legião Portuguesa. A Mocidade é também o fruto da conjuntura política de 1936, surgindo após a recusa, em 1932, da criação de um organismo similar, a Liga Nacional Mocidade Portuguesa. Na explicação do seu surgimento encontra-se, portanto, a conjuntura muito específica de 1936, marcada pela guerra civil de Espanha e por uma dinâmica própria dos sectores politicamente mais à direita do regime³⁵.

E é neste novo peso e nesta renovada pressão da direita radical que se encontra parte da explicação do surgimento da Legião Portuguesa: se, por um lado, a Legião será uma milícia autorizada governamentalmente e organizada, sob o ponto de vista administrativo, numa estreita dependência governamental, por outro, na base da sua criação estão, sem dúvida, os desejos e aspirações da direita radical, nomeadamente de sectores ligados à organização corporativa, de homens oriundos do nacional-sindicalismo e do grupo dos tenentes envolvidos no 28 de Maio de 1926.

Como atrás se referiu, em 1935 um grupo de sindicalistas do Sindicato Nacional dos Empregados Bancários do Distrito de Lisboa, oriundo do nacional-sindicalismo, tinha tomada a iniciativa de criar um movimento chamado «Milícias Armadas Sindicalistas». Como conta Pereira Ferraz, um desses sindicalistas, o problema foi «convencer o Presidente do Conselho a legalizar as milícias». E acrescenta: «Com o início da guerra de Espanha [...] Salazar, hábil como era, deu a volta às Milícias e canalizou-as para a formação da Legião Portuguesa³⁶.» Ora, na organização do comício de 28 de Agosto de 1936 na Praça de Touros do Campo Pequeno, onde é lançada publicamente a ideia da Legião Portuguesa, encontram-se, de facto, os sindicatos nacionais e aqueles

³⁴ Sobre a Acção Escolar Vanguarda, cf. Pinto (1980).

³⁵ Kuin (1994).

³⁶ Castanheira (1983), p. 94.

«sectores nacionais-corporativistas mais combativos», como se pode ler no *Diário da Manhã*³⁷.

Desde logo, o comício realiza-se na sequência de várias «sessões preparatórias», de cariz «anticomunista», organizadas por diversos sindicatos nacionais nos dias imediatamente anteriores ao 28 de Agosto. É o caso das sessões organizadas pelo Sindicato Nacional dos Caixeiros de Lisboa, a 20 e 21 de Agosto, pelo Sindicato Nacional dos Empregados da Indústria Hoteleira, a 22 de Agosto, do comício anticomunista realizado em Setúbal a 25 de Agosto e da sessão de propaganda no Sindicato Nacional dos Empregados na Indústria da Panificação, a 26 do mesmo mês.

No comício, para além do já citado Jorge Botelho Moniz, usam da palavra Fernando Homem Cristo³⁸, António Júlio de Castro Fernandes³⁹ e Luís Pinto Coelho⁴⁰, todos eles ligados à organização corporativa do regime, bem como os sindicalistas Leonardo José Leitão (Sindicatos Nacionais do Norte), Abel Mesquita (Sindicatos Nacionais de Setúbal), Gilberto de Almeida Arroiteia (operário do Arsenal) e José do Nascimento Moreira (Sindicatos Nacionais de Lisboa). Confirma-se também que «os Sindicatos Nacionais convidaram os fascistas italianos e os nacionais-sindicalistas alemães residentes em Lisboa a assistir ao comício», que será transmitido pelo Rádio Clube Português. Afirma-se que não será «uma vulgar sessão de propaganda», mas a manifestação da «opinião pública portuguesa [...] [que] deseja que em Portugal se tomem as medidas radicais necessárias»⁴¹.

A 18 de Setembro idêntico cenário é repetido no Porto, no Palácio de Cristal. O comício anticomunista onde é lançada a Legião Portuguesa no Porto é organizado por Alfredo Ângelo Pereira, do Sindicato Nacional dos Empregados do Comércio, Alfredo Óscar de Magalhães, do Sindicato Nacional dos Empregados Bancários, e Francisco Andrade Aguiar, do Sindicato Nacional dos Carregadores e Descarregadores de Terra e Mar. Ao comício assistiram também «fascistas italianos», «representantes do nazismo alemão» e «delegados da Falange espanhola»⁴².

³⁷ *Diário da Manhã* de 24-8-1936, p. 1.

³⁸ Fernando Homem Cristo fundara em Aveiro as «Legiões Brancas Portuguesas». Veio depois para Lisboa, onde ingressou como assistente nos Serviços de Acção Social do Instituto Nacional do Trabalho e da Previdência Social.

³⁹ António Júlio Castro Fernandes, licenciado no ISCEF, era um dos homens fortes do corporativismo. Fora assistente dos Serviços de Acção Social do Instituto Nacional do Trabalho e da Previdência Social entre 1933 e 1935 e vice-presidente da FNAT. Em 1936 era presidente da Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal e vogal do Conselho Técnico Corporativo.

⁴⁰ Luís da Câmara Pinto Coelho, monárquico, pertencia em 1936 ao Comissariado Nacional da Mocidade Portuguesa, vindo a ser comissário nacional desta instituição entre 1947 e 1952. No ano de 1938 foi bolseiro do Instituto de Alta Cultura em Itália, onde representou o governo no Congresso Mundial Trabalho e Alegria realizado nesse ano.

⁴¹ *Diário da Manhã* de 25-8-1936, p. 1.

⁴² *Ibid.* de 19-9-1936, p. 5.

Por outro lado, é também importante constatar que entre os primeiros membros e dirigentes da Legião Portuguesa se encontram muitos homens cujo percurso político coincide com o das diversas organizações e movimentos de direita radical atrás referidos: ex-sidonistas, antigos membros da Cruzada Nacional Nuno Álvares Pereira e da Liga 28 de Maio e, sobretudo, muitos ex-nacionais-sindicalistas, provenientes, na sua maioria, da cisão com Rolão Preto.

É o caso do primeiro presidente da Junta Central da Legião Portuguesa, João Pinto da Costa Leite (Lumbrales)⁴³, que havia sido director da Liga 28 de Maio em Coimbra e membro do Grande Conselho do Movimento Nacional-Sindicalista. Nesta última organização Costa Leite fazia parte do chamado «grupo dos lentes de Coimbra» e teria desempenhado, como atrás foi referido, um papel importante na estratégia de Salazar em promover a cisão no seio do movimento.

Idêntico papel desempenhou José Cabral⁴⁴, adjunto político da primeira Junta Central da Legião Portuguesa e primeiro director dos seus Serviços de Acção Social e Política. José Cabral fora outro dos elementos fundamentais na estratégia salazarista de cisão no Movimento Nacional-Sindicalista, bem como membro do seu Grande Conselho. Por seu turno, Ângelo César, adjunto político da primeira Junta Central para a zona norte do País, fora em 1927 um dos organizadores da chamada «Milícia Lusitana», tendo posteriormente aderido à Liga Nacional 28 de Maio⁴⁵.

Alguns dos militares que ocuparam inicialmente posições de relevo na direcção da Legião Portuguesa são também oriundos da chamada direita radical, tendo em comum um passado sidonista. Da primeira Junta Central da Legião Portuguesa fez parte o tenente Teófilo Duarte, tenente de cavalaria, um dos militares mais directamente envolvidos com o sidonismo, comandando o Regimento de Cavalaria 7 na revolta de Dezembro de 1917. Também o primeiro comandante distrital de Lisboa da Legião Portuguesa, capitão Roque de Aguiar, tinha um passado sidonista.

A nível local é igualmente possível detectar esta tendência de adesão à Legião Portuguesa de sectores oriundos da direita do espectro político nacio-

⁴³ João Pinto da Costa Leite (Lumbrales) havia estado ligado à Liga 28 de Maio e ao Movimento Nacional-Sindicalista. Neste último foi membro do seu Grande Conselho e um dos protagonistas da cisão nacional-sindicalista de 1933. Era subsecretário de Estado das Finanças em 1936 e foi presidente da Junta Central da Legião Portuguesa até 1944.

⁴⁴ José Cabral fora membro do Grande Conselho Nacional-Sindicalista e um dos homens que protagonizara a cisão com a facção Rolão Preto em 1933. Era deputado à Assembleia Nacional desde 1934.

⁴⁵ Ângelo César esteve em 1927 na origem de dois movimentos da direita radical em Portugal: a organização «Milícia Lusitana» em Fevereiro e, já perto do final do ano, da Liga Nacional 28 de Maio [cf. Caldeira (1986), p. 946, e Pinto (1994), p. 81].

nal. A título de exemplo, refira-se o caso de Coimbra. Em relatório dirigido ao ministro do Interior em 1937, o responsável pelos serviços de censura em Coimbra afirma que aderiram à Legião Portuguesa os elementos do sector mais à direita da política coimbrã, que se têm «abstido de fazer parte da União Nacional, adivinhando-se que o motivo é como protesto ao encerramento da Liga 28 de Maio», e, em contrapartida, «inscreveram-se quase todos na Legião Portuguesa». E o destaque vai, uma vez mais, para dois antigos membros do «grupo dos lentes» de Coimbra que haviam pertencido ao Movimento Nacional-Sindicalista, Eusébio Tamagnini e José Carlos Moreira, que, ainda segundo o mesmo relatório, são «delegados políticos da Legião no distrito»⁴⁶.

Também muitos elementos da Liga 28 de Maio virão a «desaguar» na Legião Portuguesa, confirmando uma vez mais o agrupamento de certos sectores da direita radical junta da Legião. A Liga 28 de Maio existia ainda em 1936, apesar de se encontrar já fortemente controlada pelo governo, que nomeara para a sua chefia Lopes Mateus⁴⁷. Desde logo, a Liga surge associada à dinamização do comício realizado em Agosto de 1936 no Campo Pequeno. Além disso, as sedes da Liga são também indicadas publicamente como um dos possíveis locais de inscrição na Legião Portuguesa. Depois, nos meses seguintes, verificam-se inúmeras adesões de associados da Liga à Legião. Em Setembro de 1936, numa reunião dos associados da Liga 28 de Maio na freguesia da Pena, em Lisboa, decide-se que todos os associados «válidos» da Liga deveriam alistar-se na Legião Portuguesa⁴⁸. Em Outubro é a vez de o núcleo do Marquês de Pombal se reunir a fim de decidir da sua filiação na Legião Portuguesa. Segundo o *Diário da Manhã*, uma série de outros núcleos deste organismo já se haviam reunido para tomarem medida idêntica⁴⁹. Os próprios dirigentes da Legião Portuguesa postularam publicamente a adesão dos associados da Liga à Legião, precisamente numa conferência realizada na sede da Liga 28 de Maio em Dezembro de 1936. Apesar de as palavras iniciais de Lopes Mateus, dirigente da Liga, irem num sentido

⁴⁶ AMI-GM/ANTT, maço 487, relatório do presidente da Comissão de Censura de Coimbra ao ministro do Interior de 18-3-1937. Note-se que Costa Pinto constatou que foi também em Coimbra que se deu o caso mais grave de conflito político entre a União Nacional e a Liga 28 de Maio. Esta foi formada em Coimbra por ex-membros da União Nacional, como Eusébio Tamagnini, que se demitiram da União Nacional por a esta ter aderido o «republicano conservador» Bissaia Barreto [cf. Pinto (1985)]. Costa Pinto é também da opinião de que com a criação da Legião Portuguesa o nacional-sindicalismo «perdia o último dos seus *leitmotiv*», o que terá provocado a adesão de grande parte dos seus «comissariados de província» à Legião [cf. Pinto (1994), p. 292].

⁴⁷ O coronel Lopes Mateus dirigia a Liga 28 de Maio desde 1932 e era também comandante da Polícia de Segurança Pública de Lisboa.

⁴⁸ AMI-GM/ANTT, maço 485, cópia da acta da reunião dos associados da Liga 28 de Maio da freguesia da Pena de 13-9-1936.

⁴⁹ *Diário da Manhã* de 11-11-1936, p. 5.

contrário («nenhum outro organismo, como a Liga 28 de Maio, tem tanta possibilidade de estabelecer com êxito a luta contra o comunismo, não apenas com palavras, mas, se for preciso, de espingardas na mão»), Águedo de Oliveira, membro da Junta Central da Legião Portuguesa, convidou os membros da Liga a alistarem-se na Legião. O mesmo fez Costa Leite, que, reconhecendo as «funções distintas dentro dos nossos campos de acção», apelou a uma estreita colaboração «na defesa do nacionalismo português» e afirmou que a Legião espera «que a Liga 28 de Maio lhe forneça alguns dos seus denodados soldados»⁵⁰.

Parece, pois, inegável a existência de uma pressão social e política de base determinante para a criação da Legião Portuguesa. Pressão que beneficiou, evidentemente, da conjuntura externa atrás descrita e que se fez sentir por parte de elementos ligados aos sectores sindicais e corporativos, de militares ex-sidonistas, de antigos membros da Liga 28 de Maio e do Movimento Nacional-Sindicalista, mas que Oliveira Salazar soube habilmente «canalizar» para uma Legião Portuguesa que ele nunca deixaria de controlar. A Legião era, assim, criada com a sua «aquiescência», mais do que com o seu «desejo»⁵¹.

Repare-se, por fim, que no próprio ano de 1936, escassos dias antes da criação da Legião Portuguesa, tinham chegado às mãos de Salazar documentos bem explícitos desta pressão de base da direita radical e das suas aspirações milicianas. Tratava-se de um projecto de reanimação da já existente Cruzada Nacional Nuno Álvares Pereira, fazendo dela a milícia do regime. No arquivo de Oliveira Salazar encontra-se uma carta de convite de adesão à Cruzada com data de 18 de Agosto de 1936. A Cruzada é aí definida como «um organismo estruturalmente nacionalista, de combate ao comunismo, independente, tendendo a criar a mística da Pátria, que, afinal, não existe em qualquer das organizações desorganizadas que para aí há formadas ou em via de formação». E acrescenta que Portugal necessita de uma «força bem unida e resoluta, capaz de fazer frente a qualquer eventualidade, pois, não se sabe o que poderá acontecer-nos amanhã. O exemplo de Espanha é edificante. Onde está a força capaz de representar a acção anticomunista? Não existe; e, como não existe, criemo-la nós, vencendo dificuldades, se as houver. O momento não é para hesitações, é para acção»⁵².» Tudo leva a crer que, por um momento, se tivesse encarado a Cruzada e a sua «vanguarda» como a necessária milícia do regime pela qual clamavam os sectores da direita radical.

⁵⁰ *Ibid.* de 4-12-1936, p. 5.

⁵¹ Palavras do embaixador inglês em Lisboa em Maio de 1937 [cf. PRO/FO 371 21277, doc. W 11191/923/36, de 31-5-1937].

⁵² Arquivo Oliveira Salazar/ANTT (doravante referido por AOS/ANTT), CO/PC/21, pasta 1, carta de Manoel Rodrigues dos Santos de 18-8-1936.

Ainda a 30 de Setembro de 1936, no dia da promulgação do decreto-lei que cria a Legião Portuguesa, uma outra carta, esta dirigida a Salazar, sugere a criação de um organismo miliciano único que integre a Cruzada Nacional Nuno Álvares Pereira, a Mocidade Portuguesa e a Legião Portuguesa e que seja chefiado pelo general Farinha Beirão⁵³.

Note-se, aliás, que a Cruzada Nacional Nuno Álvares Pereira teve uma intensa actividade nos meses imediatamente antecedentes à criação da Legião Portuguesa, procurando constituir-se como uma milícia do regime. Numa reunião deste organismo realizada a 29 de Julho de 1936, ou seja, cerca de um mês antes do comício de lançamento da Legião, Farinha Beirão afirma que a Cruzada se dispõe a «concorrer com os meios de que dispõe para unir todos os portugueses num bloco maciço (Frente Nacional) que se possa opor à invasão de ideias extremistas»⁵⁴. A 6 de Agosto o *Diário da Manhã* refere que se teria reunido, pela primeira vez, uma comissão organizadora da «Vanguarda Nacional», tendo deliberado «intensificar a propaganda nacionalista» e criar «núcleos regionais»⁵⁵. E mesmo a 19 de Setembro, já depois do lançamento da Legião Portuguesa, o *Diário da Manhã* não deixa de registar as actividades da Cruzada Nacional Nuno Álvares Pereira. Numa reunião agora efectuada «foi tomado conhecimento oficial da acção exercida ultimamente pelo corpo impulsionador das suas actividades patrióticas, que se denomina Vanguarda Nacional, formação nacionalista de acção social, que vem exercendo uma larga actividade em todo o país por intermédio dos seus núcleos de resistência anticomunista»⁵⁶. Parece também natural que, para aqueles que viam na Cruzada o centro aglutinador das «vontades nacionalistas» (leia-se milicianas), o general Farinha Beirão fosse líder indiscutível. Ao prestígio que lhe advinha do seu passado militar juntava-se a sua «alta estima nos círculos militares» e a sua «excepcional popularidade junto dos seus subordinados», testemunhadas pelas «inusitadas longas apreciações dos seus serviços» aparecidas nas próprias publicações do exército⁵⁷.

Contudo, na altura em que recebe as sugestões acima referidas, de criar um organismo miliciano único chefiado por Farinha Beirão e integrando a Cruzada Nacional Nuno Álvares Pereira, a Mocidade Portuguesa e a Legião Portuguesa, já Oliveira Salazar tinha tomado a decisão de avançar com a criação da Legião Portuguesa como «única organização patriótica de voluntários»⁵⁸, pelo que não cede às pressões em favor da Cruzada.

⁵³ AOS/ANTT, CO/PC/21, pasta 1, carta de João Afonso de Morais de 30-9-1936. O general Augusto Manuel Farinha Beirão, comandante-geral da Guarda Nacional Republicana, era, em 1936, líder da Cruzada Nacional Nuno Álvares Pereira e da sua «Vanguarda Nacional».

⁵⁴ *Diário da Manhã* de 30-7-1936, p. 5.

⁵⁵ *Ibid.* de 6-8-1936, p. 8.

⁵⁶ *Ibid.* de 19-9-1936, p. 1.

⁵⁷ PRO/FO 371 20516, doc. W 2808/2808/36, de 31-3-1936.

⁵⁸ Decreto-Lei n.º 27 058, de 30-9-1936.

Se estes factos parecem bem elucidativos da existência de uma pressão social e política de base, de sentido «miliciano», determinante para a criação da Legião Portuguesa, eles também demonstram a reconhecida habilidade ou «arte» de Oliveira Salazar em lidar com as diversas «direitas» portuguesas e de sempre as manter sob o controle do aparelho de Estado, nunca as combatendo abertamente, mas preferindo, por assim dizer, «integrar para subordinar e controlar»⁵⁹. Foi a opinião que, em Janeiro de 1937, o embaixador inglês em Portugal transmitiu para o Foreign Office. Para Charles Wingfield tanto a Mocidade como a Legião diferem dos seus protótipos nazi e fascista precisamente por não serem originariamente uma criação de Salazar. Este terá aproveitado e institucionalizado os dois organismos, mas as informações de Wingfield levam-no a concluir que tanto a Legião como a Mocidade foram «originadas não pelo Dr. Salazar, mas por uma secção dos seus apoiantes mais próximos [...] convictos admiradores dos presentes regimes na Alemanha e na Itália»⁶⁰.

5. A SUBORDINAÇÃO DO EXÉRCITO

O ano de 1936 representa também um momento decisivo no sentido da subordinação do sector dos militares republicanos-conservadores ao salazarismo, processo a que a criação da Legião Portuguesa não é alheia. Este é o ano em que Salazar chama a si a pasta da Guerra, cargo que ocuparia até Setembro de 1944. A assunção da pasta da Guerra por Salazar foi um facto fundamental na sua estratégia de subordinação do exército ao Estado Novo.

Nos anos imediatamente anteriores travava-se uma verdadeira luta entre a instituição militar e o governo, que foi sendo progressivamente vencida por Salazar. O ano de 1934 é particularmente significativo neste contexto. Desde o seu início que correm rumores de um eventual golpe militar, que agruparia oficiais republicanos-conservadores e outros próximos do nacional-sindicalismo. Em Abril de 1934, perante o agudizar das tensões, o governo apresenta a sua demissão colectiva e Salazar só aceita continuar na presidência do conselho se o presidente da República lhe manifestar a sua confiança em nota oficiosa, o que sucede pouco depois. Salazar aproveita para contra-atacar: ainda em Abril, os oficiais de Caçadores 5 promovem uma homenagem ao presidente do conselho e ocorrem também manifestações por ocasião do 6.º aniversário da sua entrada para o governo; já em Maio, no I Congresso da União Nacional, Salazar, no discurso de encerramento, aponta claramente

⁵⁹ Rosas (1994), p. 184.

⁶⁰ PRO/FO 371 21277, doc. W 925/923/36, de 7-1-1937.

o caminho de volta aos quartéis para os militares: «Está chegado o momento em que somos obrigados a dar ao Exército outras e mais altas preocupações⁶¹.» Em Outubro deste ano, nova «jogada» importante de Oliveira Salazar: um acordo com Óscar Carmona, garantindo-lhe o apoio do governo nas eleições presidenciais de 1935, permite a Salazar afastar o ministro da Guerra, Alberto de Oliveira. Salazar não consegue ainda assumir, ele próprio, a pasta da Guerra, mas o novo ministro, general Passos e Sousa, é já bem mais da sua confiança.

Em 1935, novos passos são dados no mesmo sentido: a 22 de Maio são promulgadas as Leis n.ºs 1905 e 1906, que regulam o funcionamento dos novos organismos superiores da defesa nacional e que conferem a Salazar a presidência do recém-criado Conselho Superior de Defesa Nacional. Alguns meses mais tarde, em Setembro de 1935, Salazar dirige-se ao exército em nota oficiosa, voltando a afirmar não ser sua função intervir directamente na administração e no governo do país, considerando que a sua «reorganização e prestígio» são incompatíveis com «a intervenção directa na política interna» e manifestando o seu desejo de que os membros do exército se «libertem» o mais possível «de preocupações que não sejam as de preparação moral e técnica em ordem à defesa da Pátria [...] prejudicada pelo exercício demorado das funções civis»⁶². Finalmente, em Maio de 1936, Salazar assume interinamente a pasta da Guerra, nomeando Fernando Santos Costa subsecretário de Estado dessa pasta.

A crer nas informações que o embaixador inglês em Lisboa fazia chegar a Londres, a partir desta altura certos círculos do exército ter-se-iam tornado mais «desfavoráveis» para com o governo em virtude, precisamente, da perda de controle da instituição militar sobre o Ministério da Guerra com a demissão de Passos e Sousa. Aventa-se, inclusivamente, a hipótese de uma insurreição militar conduzida por oficiais do topo da hierarquia⁶³.

As notícias alarmistas que chegam a Londres têm de ser encaradas, contudo, sob certas reservas. Na maior parte dos casos, Charles Wingfield cita rumores ou conversas mantidas com outros embaixadores. Além do mais, ao próprio Oliveira Salazar interessaria deixar correr boatos de possíveis insurreições militares, uma vez que decorriam negociações com a Inglaterra para

⁶¹ Salazar (1935), p. 358.

⁶² Salazar (1937), pp. 76-77.

⁶³ Os observadores ingleses atribuem o descontentamento que reina entre alguns dos mais antigos oficiais do exército não só à subida de Salazar a ministro da Guerra, mas também à atitude portuguesa em relação ao conflito espanhol. Queixar-se-iam os militares do facto de Salazar ter identificado os interesses portugueses com a causa nacionalista, o que poderia trazer consequências funestas para Portugal em caso de triunfo da Frente Popular e desde que o exército continuasse sem armamento adequado [cf. PRO/FO 371 20511, doc. W 10614/403/36, 20513, doc. W 10928/933/36 e doc. W 10890/933/36].

a compra de armamento. Neste ano de 1936 Salazar nunca deixou de insistir, no essencial da sua argumentação, que a compra de armamento à Inglaterra era uma questão política e não uma questão comercial. Importava, pois, armar bem e a preços razoáveis o exército português, uma vez que ele era o esteio fundamental do regime e uma insurreição militar poderia derrubar o gabinete de Salazar e colocar em sua substituição um outro não tão favorável aos interesses britânicos.

Esta linha de argumentação seguida por Salazar pode explicar um certo empolamento dado a notícias de tentativas de revoltas militares. Contudo, não parece ser suficiente para classificar de artificial o descontentamento de certos sectores do exército e a tensão sentida entre os militares (sobretudo de alta patente) e o governo a partir do momento em que Salazar assumiu o Ministério da Guerra.

À luz deste contexto, percebe-se o interesse de que se revestiria para Salazar o desenvolvimento de determinadas instituições exteriores às forças armadas que lhe retirassem o monopólio exclusivo do uso da força e da violência. Deste modo, a hipótese que aqui se pretende explorar é a de que o processo de subordinação do exército ao Estado Novo e a Salazar, que conhece um ponto decisivo em 1936, passou também pela criação de instituições como a Mocidade Portuguesa e a Legião Portuguesa. O próprio Oliveira Salazar o admite quase explicitamente quando, na nota oficiosa de Setembro de 1935, já atrás citada, põe «subtilmente» em causa o monopólio das forças armadas enquanto «instituição administradora da violência organizada e legítima»⁶⁴. Ao postular o regresso dos militares aos quartéis e o seu afastamento da vida política, Salazar quase lamenta não ter («nunca quis ter») «nenhuma milícia ou força armada com que, no caso de revolta ou de oposição violenta, possa apoiar este pensamento»⁶⁵.

Os dois autores que mais detalhadamente estudaram a evolução da instituição militar no Estado Novo, Maria Carrilho e Medeiros Ferreira, apresentam também provas de um mau acolhimento da notícia de criação da Legião Portuguesa por parte do exército. Medeiros Ferreira conclui que os «oficiais institucionais das forças armadas» olharam «com a maior desconfiança» a criação da Legião Portuguesa⁶⁶. Maria Carrilho é da opinião de que, quer a Legião Portuguesa, quer a Mocidade Portuguesa, embora não cheguem a assumir «real importância em termos de defesa nacional militar», incomodam a instituição militar sobretudo no que respeita à «sobreposição de competências em relação à efectivação da instrução militar»⁶⁷. O que veio a suceder,

⁶⁴ Carrilho (1985), pp. 418-419.

⁶⁵ Salazar (1937), p. 78.

⁶⁶ Ferreira (1992), pp. 186 e segs.

⁶⁷ Carrilho (1985), p. 317.

pelo menos desde 1939, altura em que Salazar, ainda ministro da Guerra, determina que as praças e os cadetes «que apresentem certificado passado pelo Comando-Geral da Legião Portuguesa ou pelo Comissariado Nacional da Mocidade Portuguesa, comprovativo de que obtiveram aproveitamento em todos os ciclos que constituem a instrução pré-militar», sejam dispensados das primeiras sete semanas da escola de recrutas da arma de infantaria⁶⁸.

Independentemente de Oliveira Salazar ter alguma vez pensado que a Legião Portuguesa pudesse ser a sua base de apoio contra um exército relutante ou mesmo insubmisso, a verdade é que o presidente do conselho soube utilizar habilmente a criação deste organismo para, de certo modo, «desdramatizar» a questão do exército, «acalmando» alguns dos seus quadros superiores, fazendo-lhes sentir, sobretudo, que dispunha de forças de apoio alternativas. Não que o exército deixasse de ser considerado como «a grande reserva moral da nação», mas a verdade é que, cada vez mais, a população «alarmada» queria tomar para si «um maior quinhão de responsabilidade na sua própria defesa»⁶⁹. Num período delicado do relacionamento entre o governo e os militares, em que Salazar assume a pasta da Guerra e em que as suas altas patentes exigem um rearmamento condigno com o «prestígio da instituição militar», Salazar conseguia, através da criação da Legião Portuguesa, ganhar, finalmente, a margem de manobra necessária para efectuar as grandes reformas da instituição militar que tiveram lugar no ano de 1937⁷⁰. Quando as leis que materializaram a reforma do exército de 1937 são apresentadas publicamente e discutidas na Assembleia Nacional, a Legião Portuguesa contava já com 40 000 inscritos. Nesse ano, as comemorações do dia 28 de Maio, tradicionalmente organizadas pelo exército, foram também entregues à Legião Portuguesa.

O facto não escapou aos observadores ingleses em Portugal. Num relatório de Janeiro de 1937, Charles Wingfield refere que, quer a Legião, quer a Mocidade, teriam na sua origem um grupo de apoiantes próximos de Salazar que consideravam essencial que este criasse um séquito próprio (*a following for himself*) e não dependesse exclusivamente do presidente da República e do exército: «Os apoiantes do Dr. Salazar que criaram a Legião Portuguesa devem ter tido em conta que, como ele não tem um partido, o Exército que o apoiou pode igualmente dispensá-lo um dia⁷¹.»

⁶⁸ Circulares do Estado-Maior do Exército reproduzidas em Arquivo da Legião Portuguesa/ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (doravante referido por ALP/ANTT), *Ordens de Serviço do Comando-Geral*, Ordem de Serviço n.º 12, de 25-3-1939, e n.º 16, de 22-4-1939.

⁶⁹ Decreto-Lei 27058, de 30/9/1936.

⁷⁰ Materializada pelas Leis 1960 e 1961, ambas de 1-7-1937, e pelos Decretos-Leis n.ºs 27 627, 28 401 e 28 404 [cf. Ferreira (1992), pp. 190 e segs.].

⁷¹ PRO/FO 371 21277, doc. W 925/923/36, de 7-1-1937, e doc. W 11191/923/36, de 31-5-1937.

6. AGITAÇÃO OPOSICIONISTA E INTENSIFICAÇÃO DA REPRESSÃO

Apesar de, quanto ao essencial, neste ano de 1936 a ditadura ter já conseguido derrotar a sua «oposição externa», isto é, as forças políticas que do exterior do regime procuraram resistir contra o seu advento e consolidação, na análise da conjuntura interna que explica o surgimento da Legião Portuguesa merece também atenção a relativa agitação oposicionista sentida nesta altura.

Quando se fala de oposição externa à ditadura, é necessário ter em conta, desde logo, duas realidades: por um lado, o movimento reviralista; por outro, o(s) movimento(s) operário(s). O primeiro manteve-se particularmente activo até 1931, desencadeando sucessivas revoltas contra a ditadura, sempre frustradas, e beneficiou, entre 1931 e 1933, de uma conjuntura ibérica favorável com um governo de esquerda em Espanha. Contudo, apesar da reactivação do grupo dos «budas», em Março de 1936, o reviralismo não conseguiu extrair qualquer benefício prático da vitória eleitoral da frente popular espanhola, em Fevereiro deste ano, uma vez que em Junho teria início a guerra civil, com a ocupação imediata das fronteiras luso-espanholas por soldados franquistas.

Por outro lado, a desarticulação do movimento operário e sindical era também um facto, sobretudo desde 1933, com a ilegalização dos sindicatos livres, e 1934, com a vaga repressiva subsequente ao 18 de Janeiro⁷². São sintomas desta desarticulação as dificuldades dos comunistas portugueses em formar em Portugal uma frente popular. Em Julho de 1935, o seu secretário-geral, Bento Gonçalves, deslocara-se ao VII Congresso da Internacional Comunista, precisamente aquele em que, como se disse atrás, se decidira a política a seguir pelos partidos comunistas no combate aos fascismos e às ditaduras: a criação de amplas frentes populares que unissem comunistas com socialistas e sociais-democratas na luta contra a direita. Em Portugal, a frente popular é lançada ainda em finais de 1935, mas em Novembro Bento Gonçalves e outros dirigentes do secretariado do PCP são presos⁷³. Em finais de Abril de 1936 a polícia portuguesa toma conhecimento da possível criação de uma frente popular portuguesa com fortes apoios vindos de Espanha e também de França. Álvaro Cunhal deslocara-se a Madrid, reunindo-se com alguns dos vultos oposicionistas portugueses emigrados em Espanha e tendo como objectivo a criação dessa frente. O jornal *Avante!*, animado pelo sucesso das frentes populares francesa e espanhola, também anuncia a constituição em Portugal de uma «frente popular antifascista». Dessa «frente de luta que

⁷² Tudo isto em Rosas (1994), pp. 206 e segs., e Patriarca (1990), pp. 257 e segs.

⁷³ Rosas (1994), p. 239.

lutando e alargando-se acabará por vencer o poder bestial de Salazar» faziam parte, para além do PCP, «cerca de uma dezena de organismos operários e pequenos burgueses, de diversas tendências»⁷⁴. Contudo, foi escasso o sucesso da política de constituição de frente popular em Portugal. Em Março de 1937 o *Avante!* considerava que, em relação à constituição da frente popular «não só não temos motivos para não nos considerarmos satisfeitos como, pelo contrário, somos obrigados a reconhecer [...] que estamos ainda bastante longe da criação de um autêntico movimento de frente popular»⁷⁵.

Contudo, nos meses de Agosto e Setembro de 1936 vive-se em Portugal alguma agitação social e política. Há notícia de motins e revoltas populares na ilha da Madeira no dia 6 de Agosto de 1936, com assaltos a repartições públicas e a algumas fábricas e com alguns mortos e feridos. O motivo parece ter sido a implantação de um novo regime da indústria de lacticínios. Quando, a 5 de Setembro, o governo decide, por decreto-lei, atribuir ao Tribunal Militar Especial competência para o «julgamento e punição dos indivíduos implicados em motins e tumultos populares», um dos artigos refere explicitamente que as disposições agora postas em vigor devem ser aplicadas «a todos aqueles que de algum modo hajam participado dos motins ou tumultos sediciosos ocorridos na ilha da Madeira depois do dia 31 de Julho de 1936». Ainda segundo este decreto-lei, os processos referentes ao caso da Madeira deviam ser «imediatamente remetidos no estado em que se encontrarem e acompanhados dos réus presos, se os houver, aos juízos criminais da comarca de Lisboa»⁷⁶.

Também a 4 de Setembro, de acordo com as palavras que Pedro Teotónio Pereira dirige a Oliveira Salazar, se verificou na Covilhã uma tentativa de greve, que, no entanto, teria sido «dominada» pelas autoridades, «entrando os principais na cadeia»⁷⁷.

Algumas dimensões assumiu já, a 8 de Setembro, a revolta dos marinheiros do aviso *Afonso de Albuquerque* e do contratorpedeiro *Dão*, estacionados no Tejo, a que se juntam também os marinheiros do navio de guerra *Bartolomeu Dias*. A revolta fora organizada por marinheiros pertencentes a uma Organização Revolucionária da Armada (ORA), afecta ao Partido Comunista Português, com o objectivo de desviar os barcos para Alicante, onde se integrariam na armada espanhola republicana. Oliveira Salazar terá dado ordem para que os navios fossem bombardeados até à rendição, o que sucedeu: os navios foram bombardeados desde os fortes do Alto do Duque e de Almada, registando-se alguns mortos e feridos.

⁷⁴ *Avante!*, Órgão Central do Partido Comunista, série II, n.º 16, p. 6.

⁷⁵ *Ibid.*, n.º 31, p. 1.

⁷⁶ Decreto-Lei n.º 26 981, de 5-9-1936.

⁷⁷ Pereira (1987), p. 57.

Salazar, na nota oficiosa publicada na imprensa a 10 de Setembro de 1936 a propósito destes acontecimentos, não deixa de os associar à evolução da situação espanhola e de os encarar como um reflexo, a nível interno, da delicada conjuntura ibérica: «Temo-nos cansado de dizer à Europa que a Guerra Civil espanhola [...] é com absoluta evidência uma luta internacional num campo de batalha nacional, e que forças poderosas se desenvolvem em todos os países para conseguir, por meio de movimentos internos [...] auxílios ao triunfo de uma ideologia.» Salazar acrescenta que, «desde que em Espanha as coisas políticas tomaram o aspecto que actualmente têm, o País começou a ser trabalhado por agentes espanhóis e de outras nacionalidades» e reconhece ter agora o pretexto para que o governo reforce e intensifique a «ofensiva contra o comunismo»⁷⁸.

Os relatórios que os governadores civis vão fazendo chegar ao ministro do Interior ao longo de 1936 não deixam também de se fazer eco de uma certa «efervescência comunista»: o governador civil de Castelo Branco fala em «preparativos comunistas» que se desenvolvem com grande «celeridade e incremento»⁷⁹; o de Setúbal aponta o Barreiro como uma «sede de irradiação da propaganda para os outros concelhos menos atacados» e diz ter mandado encerrar os «centros esperantistas, focos de comunismo»⁸⁰; o governador civil de Lisboa constata que «a actividade comunista continua a fazer-se, alimentada principalmente pelos que, vendo na derrota do exército nacionalista de Espanha a vitória do comunismo na península, pretendem aproveitar-se das falsas notícias». E cita, a este respeito, a informação que recebeu do administrador do concelho de Mafra sobre «actividade comunista especialmente entre alguns cadetes da Escola de Oficiais Milicianos» e as «mais de duas dezenas de prisões que foram efectuadas de cadetes, cabos e soldados daquela Escola». O mesmo se terá passado no concelho de Sintra, onde a «propaganda» comunista «estendeu até os seus braços a civis e militares da Escola de Aeronáutica Militar», pelo que foi necessário «efectuar algumas prisões»⁸¹.

Na verdade, o ano de 1936 conheceu um extraordinário acréscimo no número de presos por motivos políticos. A serem fiáveis os dados conhecidos, fizeram-se este ano 2748 presos políticos, contra os 1021 de 1935. Em 1937 a tendência seria ainda para uma subida, com um registo de 3115 presos políticos, subida essa que já não se verificaria nem em 1938 (1535 presos

⁷⁸ Salazar (1937), pp. 183-190.

⁷⁹ AMI-GM/ANTT, maço 480, relatório do governador civil de Castelo Branco dirigido ao ministro do Interior, relativo ao mês de Setembro de 1936.

⁸⁰ AMI-GM/ANTT, maço 479, relatório do governador civil de Setúbal dirigido ao ministro do Interior de 23-10-1936

⁸¹ AMI-GM/ANTT, maço 479, relatório do governador civil de Lisboa dirigido ao ministro do Interior de 9-10-1936.

políticos) nem em 1939 (875 presos políticos). Acrescente-se ainda que durante este ano de 1936 têm um destaque extraordinário as prisões feitas nos meses de Setembro e Outubro, por reflexo, certamente, da revolta dos marinheiros da ORA: um total de 1190, equivalendo a cerca de 43% dos presos de todo o ano⁸².

Já em 1937 são ainda de considerar, neste contexto, os atentados à bomba em Lisboa nos dias 21 e 22 de Janeiro de 1937, na sequência dos quais um grupo de legionários tem aquela que seria a primeira intervenção prática da milícia, protegendo as instalações do Rádio Clube Português, na Parede, e o posto emissor da Emissora Nacional, em Barcarena. Para além das emissoras, foram alvo dos atentados bombistas os Ministérios da Educação Nacional e da Guerra, o Depósito de Material de Guerra, em Beirolas, e as instalações da Vacuum, na Praça de Espanha e em Alcântara. Finalmente, a 4 de Julho de 1937 verifica-se um atentado à bomba destinado a Oliveira Salazar e organizado por anarco-sindicalistas, mas ao qual o presidente do conselho escapa incólume⁸³.

Paralelamente, ou mesmo por consequência directa da relativa agitação oposicionista, 1936 é um ano de reforço muito considerável da componente repressiva do Estado Novo. É neste contexto de intensificação dos meios de controle e de repressão sobre os cidadãos que tem também de ser compreendida a criação da Legião Portuguesa.

A intensificação dos meios de repressão é testemunhada, desde logo, pelo já referido aumento do número de presos políticos e pela criação de novos estabelecimentos prisionais: a 23 de Abril é criada a colónia penal «para presos políticos e sociais» no Tarrafal, da ilha de Santiago, no arquipélago de Cabo Verde⁸⁴, e a 3 de Outubro é criado o Depósito Penal de Angola, que se destina a receber «todos os indivíduos do sexo masculino condenados a degredo pelos tribunais de Angola, São Tomé, Guiné e Cabo Verde»⁸⁵.

Entretanto, como foi visto atrás, a 5 de Setembro o governo decide atribuir ao Tribunal Militar Especial competência para o «julgamento e punição dos indivíduos implicados em motins e tumultos populares, de carácter sedicioso, que afectem a ordem e a disciplina social»⁸⁶. É previsto, no próprio decreto-lei, que as disposições agora postas em vigor sejam aplicadas aos envolvidos nos tumultos da Madeira no início de Agosto.

É neste contexto, em que se destacam as revoltas da Madeira e dos marinheiros dos navios *Afonso de Albuquerque*, *Dão* e *Bartolomeu Dias*, que se

⁸² Dados extraídos de *Presos Políticos no Regime Fascista, 1932-1935*, 1981, e *Presos Políticos no Regime Fascista, 1936-1939*, 1982.

⁸³ Santana (1976), pp. 24-25 e 40 e segs.

⁸⁴ Decreto-Lei n.º 26 539, de 23-4-1936.

⁸⁵ Decreto-Lei n.º 27 067, de 3-10-1936.

⁸⁶ Decreto-Lei n.º 26 981, de 5-9-1936.

entendem, aliás, as também já referidas declarações de Oliveira Salazar de 10 de Setembro, prometendo o reforço e a intensificação da «ofensiva contra o comunismo»⁸⁷. E que se entende também a circular que dois dias depois, a 12 de Setembro, o ministro do Interior envia a todos os governadores civis, onde lhes ordena que elaborem listas dos «inimigos declarados da sociedade». Entre as razões apontadas salientam-se os «acontecimentos de Espanha», que teriam levado os «inimigos da situação» a «hostilizar a ordem social estabelecida, criando ambiente propício à expansão das suas ideias subversivas». Assim, nas listas, que, aliás, foram elaboradas diligentemente em quase todos os distritos, deviam ser incluídos: (i) «os funcionários do Estado e dos órgãos de administração local, que notoriamente professem ideias contrárias ao Estado Novo, e que tenham manifestado ou manifestem concordância com os excessos cometidos em Espanha pelas forças esquerdistas»; (ii) «os cidadãos que por seus actos revelem espírito de hostilidade à ordem social estabelecida e que de algum modo enalteçam a prática de desacatos ou de atitudes subversivas»; (iii) «os que directamente colaborem para a formação de um estado de espírito adverso à paz social»; (iv) «todos aqueles fortemente suspeitos de ligações, entendimentos ou conluios que visem a perturbação da ordem [...] quer pela propagação de falsas doutrinas quer pela insinuação capciosa de ideias ou princípios contrários à tranquilidade social»⁸⁸.

Por fim, dois factos ainda a testemunhar o relativo endurecimento do regime em relação à oposição: em primeiro lugar, o agravamento do regime da censura prévia, em Maio, com a proibição da fundação de novas publicações «sem que seja reconhecida a idoneidade intelectual e moral dos responsáveis pela publicação» e também da entrada em Portugal de publicações estrangeiras que contenham «matéria cuja divulgação não seria permitida em publicações portuguesas»⁸⁹; depois, a 14 de Setembro, a publicação do Decreto-Lei n.º 27 003, que torna obrigatório ao funcionalismo público o juramento de integração e aceitação da «ordem social estabelecida pela Constituição Política de 1933, com activo repúdio do comunismo e de todas as ideias subversivas»⁹⁰.

Ora, a criação da Legião Portuguesa tem também de ser entendida à luz deste «endurecimento» do regime. Não se trata já de justificar a mobilização social dos sectores da direita radical pelo recrudescimento de alguma actividade oposicionista, mas sim de encontrar neste campo um dos factores que explicam a anuência do regime em permitir a criação da Legião Portuguesa.

⁸⁷ Salazar (1937), pp. 183-190.

⁸⁸ AMI-GM/ANTT, maço 479, circular enviada pelo ministro do Interior a todos os governadores civis a 12-9-1936.

⁸⁹ Decreto-Lei n.º 26 589, de 14-4-1936.

⁹⁰ Decreto-Lei n.º 27 003, de 14-9-1936.

Desde que devidamente enquadrada e controlada governamentalmente, a Legião Portuguesa poderia e veio a ser um importante instrumento na prossecução da política repressiva do Estado Novo. Foi isto mesmo que Pedro Teotónio Pereira sugeriu a Oliveira Salazar a 5 de Setembro de 1936. O então ministro do Comércio e da Indústria manifestou ao presidente do conselho as suas preocupações com a «erupção comunista», cujos «sinais rebentam por toda a parte». Considerou, porém, ser a criação da Legião Portuguesa um «remédio de efeito seguro contra esta diabólica vaga comunista que por toda a parte se infiltra»⁹¹.

7. CONCLUSÃO

Nos parágrafos precedentes foram analisados os diversos factores que estiveram na origem da criação da Legião Portuguesa. A criação da milícia portuguesa deve-se a uma conjuntura muito específica, não correspondendo à manifestação exterior de uma característica inerente ao próprio Estado Novo. A Legião Portuguesa não foi, ao contrário de algumas das suas congéneres europeias, uma tropa de combate, uma força de assalto, uma espécie de braço armado que um partido fascista tivesse utilizado na sua escalada até ao poder. Surgiu apenas quando o Estado Novo era já uma realidade consolidada e quando o triunfo da vertente salazarista na luta interna à ditadura, sobre militares conservadores e direita radical, e na luta contra a oposição externa à ditadura, sobre revirahistas, anarco-sindicalistas e comunistas, era já uma realidade.

Coloca-se, obviamente, a questão: porquê criar então em 1936 a Legião Portuguesa? Salazar cedeu, em primeiro lugar, à «pressão de base» dos sectores políticos oriundos da direita radical: basicamente ex-nacionais-sindicalistas, membros dos organismos corporativos e dos sindicatos nacionais e, a nível militar, algum «tenentismo» e ex-sidonismo. Sectores que beneficiam extraordinariamente da conjuntura europeia e ibérica de 1935 e 1936 para reforçar o seu peso e a sua capacidade de intervenção política. O deflagrar da guerra civil de Espanha precipitaria os acontecimentos: olhada pelos «nacionalistas» portugueses como o palco privilegiado do confronto entre as direitas e as esquerdas, a guerra espanhola seria o motivo directo da convocação do comício do Campo Pequeno.

Noutro plano, não se pode deixar de levar em linha de conta que Salazar está, em 1936, prestes a concluir o processo de progressiva subordinação da instituição militar. Assumiu a pasta da Guerra em Maio e procura agora ganhar, face ao exército, a margem de manobra necessária para o poder fazer

⁹¹ Pereira (1987).

«regressar aos quartéis» definitivamente. Ora, neste período delicado do relacionamento entre o governo e os militares, Salazar conseguiu, através da criação da Legião Portuguesa, pôr em causa o monopólio da administração da violência por parte do exército e ganhar, assim, a referida margem de manobra para efectuar as grandes reformas da instituição militar, que tiveram lugar no ano seguinte. Quando as leis que materializaram a reforma do exército de 1937 são apresentadas publicamente e discutidas na Assembleia Nacional, Salazar havia já mostrado ao exército que, se fosse necessário, dispunha de forças alternativas.

Finalmente, chamou-se também a atenção para a necessidade de entender a criação da Legião Portuguesa num contexto de reforço do aparelho repressivo do Estado Novo, especialmente sentido em 1936. O seu Serviço de Informações revelou-se desde cedo um precioso auxiliar da PVDE, enquanto as forças legionárias propriamente ditas viriam a ser frequentemente chamadas a actuar em nome da reposição da ordem pública.

BIBLIOGRAFIA

- CALDEIRA (1986), Arlindo Manuel, «O partido de Salazar: antecedentes, organização e funções da União Nacional (1926-1934)», in *Análise Social*, vol. xxii (94), pp. 943-977.
- CARRILHO (1985), Maria, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Século XX. Para Uma Explicação Sociológica do Papel dos Militares*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- CASTANHEIRA (1983), José Pedro, *A História dos Bancários do Sul e Ilhas (1910-1969). Os Sindicatos e o Salazarismo*, Lisboa, edição do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas.
- CLAUDIN (1972), Fernando, *La crise du mouvement communiste. Du Komintern au Kominform*, Paris, François Maspero.
- DESANTI (1970), Dominique, *L' Internationale communiste*, Paris, Payot.
- FERREIRA (1992), José Medeiros, *O Comportamento Político dos Militares. Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX*, Lisboa, Editorial Estampa.
- KUIN (1994), Simon, «A Mocidade Portuguesa nos anos 30: anteprojectos e instauração de uma organização paramilitar da juventude», in *Análise Social*, vol. xxviii (122), pp. 555-588.
- MARTINS (1978), Hermínio, «Portugal», in *O Fascismo na Europa* (dir. S. J. Woolf), Lisboa, Ed. Meridiano.
- OLIVEIRA (1937), Alberto de, *A Gravidade da Hora Que Passa. A Crítica Sistemática é Inimiga da Unidade Moral da Nação*, Ponta Delgada, ed. Diário dos Açores.
- OLIVEIRA (1985), César de, *Portugal e a Segunda República de Espanha, 1931-1936*, Lisboa, Perspectivas e Realidades.
- OLIVEIRA (1987), César de, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, edições «O Jornal».
- PATRIARCA (1990), Maria de Fátima, *Processo de Implantação e Lógica de Funcionamento do Corporativismo em Portugal — os Primeiros Anos do Salazarismo*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais (dissertação para efeito de provas de acesso a investigador auxiliar, dois volumes policopiados).
- PAYNE (1980), Stanley G., *Fascism. Comparison and Definition*, Wisconsin, The University of Wisconsin Press.
- PEREIRA (1987), Pedro Teotónio, *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar*, vol. I (1931-1939), Lisboa, Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista.

- PINTO (1985), António Costa, «A direita radical e a ditadura militar: a Liga Nacional 28 de Maio (1928-1933)», in *Conflitos e Mudanças em Portugal, 1974-1984*, Lisboa, Ed. Teorema, pp. 23-39.
- PINTO (1989a), António Costa, «O fascismo e a crise da I República: os nacionalistas lusitanos (1923-1925)», in *Penélope*, n.º 3, Junho de 1989, pp. 43-62.
- PINTO (1994), António Costa, *Os Camisas Azuis. Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal, 1914-1945*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Presos Políticos no Regime Fascista, 1932-1935*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1981.
- Presos Políticos no Regime Fascista, 1936-1939*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1982.
- ROSAS (1985), Fernando, *As Primeiras Eleições Legislativas sob o Estado Novo. As Eleições de 16 de Dezembro de 1934*, Lisboa, ed. Cadernos O Jornal.
- ROSAS (1992), Fernando (coord.), *Nova História de Portugal*, vol. XII, *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Lisboa, Editorial Presença.
- ROSAS (1994), Fernando, *O Estado Novo (1926-1974)*, *História de Portugal*, vol. VII, Lisboa, Círculo de Leitores.
- SALAZAR (1935), Oliveira, *Discursos e Notas Políticas*, vol. I, 1928-1934, Coimbra, Coimbra Editora, L.^{da}
- SALAZAR (1937), Oliveira, *Discursos e Notas Políticas*, vol. II, 1935-1937, Coimbra, Coimbra Editora, L.^{da}
- SANTANA (1976), Emídio, *História de Um Atentado. O Atentado a Salazar*, Lisboa, Publicações Fórum.
- TAYLOR (1991), A. J. P., *The Origins of the Second World War*, Londres, Penguin Books.